



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 170

MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO COLETIVO/TRIBUTÁRIO

PROCESSO N. ° 0012338-16.2018.4.02.5001

**IMPETRANTE: FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
– FINDES E OUTRO**

**IMPETRADO: DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES
SENTENÇA TIPO A**

S E N T E N Ç A

Trata-se de mandado de segurança preventivo coletivo, com pedido de medida liminar, impetrado pela **FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FINDES** e pelo **CENTRO DA INDÚSTRIA DO ESPÍRITO SANTO – CINDES** em face de ato atribuído ao **DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA/ES**, objetivando, em sede de liminar, que seja determinado à autoridade Impetrada que admita a manutenção das substituídas (toda a categoria econômica representada e os associados) das Impetrantes como contribuintes da CPRB, nos termos da Lei nº 12.546/2011, sem que lhe sejam aplicáveis os efeitos da Lei nº 13.670/2018 durante o exercício de 2018, haja vista que as substituídas das Impetrantes estarão excluídas do regime a partir de 01/09/2018.

Ao final, requerem seja julgado procedente o pedido para que seja concedida a segurança para, declarando a inconstitucionalidade da cláusula de vigência da Lei nº 13.670/2018, garantir às substituídas das Impetrantes que já fizeram a opção pelo pagamento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, que permaneçam nessa modalidade substitutiva de tributação a partir de 01/09/2018 até o final do exercício de 2018.

Para tanto, aduz a petição inicial:

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 171

i) que os substituídos das Impetrantes, independentemente do setor a qual pertençam, são sujeitos à incidência da contribuição previdenciária determinada pelo art. 22, I, da Lei nº 8.212/91, cuja base de cálculo é a folha de salários;

ii) que a Lei nº 12.546/2011 criou um novo regime de recolhimento das contribuições previdenciárias patronais, instituindo uma nova base de cálculo para elas: a receita bruta – CPRB;

iii) que, inicialmente, tal modalidade de recolhimento era obrigatório, mas que a partir de alteração legislativa promovida pela Lei nº. 13.161/2015, o regime de tributação passou a ser opção do contribuinte;

iv) que a teor da Lei nº. 12.546/2011 (art. 9º, § 13), na redação conferida pela Lei nº. 13.161/2015, a opção pela modalidade de tributação substitutiva é irretratável durante o exercício fiscal, ou seja, janeiro a dezembro;

v) que muitas indústrias optaram por ser manter no regime da CPRB durante o exercício de 2018, uma vez que, economicamente, é mais viável que o recolhimento de 20% sobre sua folha de salários;

vi) que de forma arbitrária, em 30/05/2018, foi publicada a Lei nº 13.670/2018, revogando o regime opcional da CPRB para todos os contribuintes, desconsiderando a irretratabilidade prevista pela Lei, e determinando que a contribuição voltasse a ser exigida sobre a folha de salários;

vii) que o prazo para a revogação entrar em vigor é 01/09/2017;

viii) que a medida acarretará considerável aumento da carga tributária dos contribuintes;

ix) que ao desconstituir a irretratabilidade da opção pela CPRB para o exercício financeiro, o Estado está ferindo a segurança jurídica;

x) que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que a opção por determinado regime de tributação, uma vez realizada, constitui ato jurídico perfeito relativamente ao período de tempo pelo qual a escolha há de perdurar (ano-calendário, *in casu*), devendo essa garantia ser observada não apenas pelo contribuinte, mas também, e especialmente, pela Fazenda Pública, até em razão de sua posição constitucional (REsp: 1002855 SC 2007/0260255-7).

Petição inicial instruída com documentos às fls. 23/114.

Custas recolhidas, fl. 119.

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 172

Decisão às fls. 140/142, postergando a apreciação da matéria para a sentença, por ausência de perigo de perecimento do direito.

Devidamente notificada, a autoridade impetrada prestou informações às fls. 146/160. Preliminarmente, suscita a inadequação da via, por ser inadmissível Mandado de Segurança contra lei em tese. No mérito, sustenta que:

i) a Lei nº. 13.670, de 2018, alterou a Lei nº. 12.546, de 2001, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), reonerando setores que foram desonerados no contexto da Lei nº. 12.546, de 2011;

ii) tal medida trata-se de um ajuste no conjunto das desonerações fiscais, exigência que decorre de conjuntura distinta daquela que se contemplava à época do favor tributário;

iii) não há direito adquirido à desoneração;

iv) não se pode cogitar de surpresa para com os contribuintes atingidos, porquanto se respeitou o prazo de noventa previsto no art. 195, § 6º, da Constituição Federal;

v) revogada a possibilidade de recolhimento da contribuição na forma substitutiva, o recolhimento passa a observar a forma original substituída;

vi) a lei deve ser aplicada a todos, sob pena de colocar-se em risco os princípios constitucionais da isonomia tributária e da livre concorrência;

vii) não existe direito adquirido a regime jurídico tributário. Assim, desde que observadas as limitações constitucionais que balizam a matéria, o regime jurídico tributário pode ser alterado ou revogado a qualquer momento;

viii) o STF enfatizou que não há direito adquirido à imunidade tributária e nem a regime tributário beneficiado. Nesse sentido, a desoneração ocorrida no pretérito não se multiplica ou se eterniza;

ix) a irretratabilidade de opção prevista no art. 9º, § 13, da Lei nº 12.546/2011 se dirige para o contribuinte e não para a Administração, ou seja, a regra destina-se para o beneficiário do regime, e não para quem o disponibilizou. Por se tratar de regra que qualifica uma liberalidade, e porque não subsumido a direito adquirido, não há como vincular a Administração ao longo do tempo. Assim, a desoneração pretérita implica, efetivamente, a compreensão de que poderia ser desabilitada no futuro;

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 173

x) o cumprimento da regra constitucional dos 90 dias é necessária e suficiente para atender ao supremo princípio da segurança jurídica;

xi) semelhanças entre o regime de desoneração e a isenção sugerem que se interprete também restritivamente aquelas primeiras, do mesmo modo como se deve interpretar essas últimas;

xii) o §13 do art. 9º da MP 12.546/11 só produz efeitos para os contribuintes que exercem atividades para as quais o recolhimento da contribuição previdenciária na forma substitutiva permanece facultativo;

xiii) não há que se falar em violação a princípio da segurança jurídica, da boa-fé e da confiança, da legalidade, da isonomia, do direito adquirido ou do ato jurídico perfeito, já que devidamente respeitados os princípios que regem o Direito Tributário pela Lei nº. 13.670, de 2018.

Parecer do Ministério Público Federal, às fls. 166, opinando pelo prosseguimento normal do feito.

À fl. 169, a União manifesta interesse em ingressar no feito e requer que suas intimações sejam feitas junto à PFN, mediante vista dos autos, conforme art. 20 da Lei nº 11.033/2004.

É o relatório. Decido.

Preliminarmente.

A propósito da inadequação da via processual eleita, em princípio, cumpre registrar que não se trata de impetração contra lei em tese, que esbarraria no óbice da Súmula n.º 266 do Supremo Tribunal Federal. Na realidade, as impetrantes se insurgem contra os efeitos concretos que a legislação irá infringir aos seus substituídos, porque se traduz em efetiva cobrança de tributo em montante superior ao que entende devido e acertado, à luz da Carta Magna.

Assim, afasta tal alegação.

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 174

Mérito.

A possibilidade de substituição das contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários e os rendimentos do trabalho por aquelas incidentes sobre a receita ou sobre o faturamento surgiu a partir da EC nº. 42/2003, que incluiu o §13 ao art. 195 da Constituição Federal¹.

Assim, originariamente, a contribuição previdenciária patronal, nos termos do art. 22, inc. I e III, da Lei nº 8.212/91, era devida sobre a folha de pagamento dos empregados da empresa. Posteriormente, foi editada a Medida Provisória nº 540/11, convertida na Lei nº 12.546/2011, que, em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de salário, estabeleceu a sistemática de recolhimento do tributo se dar sobre a receita bruta auferida pela empresa (CPRB). Com a alteração da redação dos artigos 8º e 9º da Lei nº 12.546/2011, pela Lei nº 13.161/2012, tornou-se opcional a escolha do regime de tributação, em caráter irretratável para todo o ano calendário.

“Art. 9º Para fins do disposto nos arts. 7º e 8º desta Lei:
(...)”

§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano calendário.”
(Grifei)

Não obstante, a Lei nº. 13.670, de 2018, com vigência prevista para 01/09/2018, modificou a sistemática estabelecida, retirando a possibilidade de opção para determinados setores da economia, obrigando-os a retornar à sistemática de recolhimento das contribuições sobre a folha de salários.

Com efeito, forçoso reconhecer que a alteração promovida pela Lei nº. 13.670/2018 afronta o princípio da segurança jurídica, uma vez que despreza a opção de tributação feita pelo contribuinte, nos moldes como permitida pelo art. 9º, § 13, da

¹ Art. 195. (...)

§ 13. Aplica-se o disposto no § 12 inclusive na hipótese de substituição gradual, total ou parcial, da contribuição incidente na forma do inciso I, a, pela incidente sobre a receita ou o faturamento.

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 175

Lei nº. 12.546/2011, na redação dada pela Lei nº. 13.161/15, acima transcrito. É de se dizer que fica evidente que a alteração promovida afeta diretamente uma sistemática de arrecadação que deve vigorar até o final do ano, ou seja, as regras foram alteradas no meio do ano quando a opção pela modalidade de recolhimento, no caso, pela CPRB, é feita anualmente, no início do ano, de forma irretratável para todo o ano, conforme previsto pela Lei nº 12.546/2011 (art. 9º, §13º).

Acerca da Segurança Jurídica, ensina Leandro Paulsen²:

“Princípio da segurança jurídica. O preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil anuncia a instituição de um Estado Democrático que tem como valor supremo, dentre outros, a segurança. Segurança é a qualidade daquilo que está livre de perigo, livre de risco, protegido, acautelado, garantido, do que se pode ter certeza ou, ainda, daquilo em que se pode ter confiança, convicção. O Estado de Direito constituiu, por si só, uma referência de segurança. Esta se revela com detalhamento, ademais, em inúmeros dispositivos constitucionais, especialmente em garantias que visam a proteger, acautelar, garantir, livrar de risco e assegurar, prover certeza e confiança, resguardando as pessoas do arbítrio. A garantia e a determinação de promoção da segurança revelam-se no plano deontológico, implicitamente, como princípio da segurança jurídica.”

Ressalta, referido autor, que há pelo menos cinco conteúdos do princípio da segurança jurídica:

“1 – certeza do direito (e.g.: legalidade, irretroatividade); 2 – intangibilidade das posições jurídicas (e.g.: proteção ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito); 3 – estabilidade das situações jurídicas (e.g.: decadência, prescrição extintiva e aquisitiva); 4 – confiança no tráfego jurídico (e.g.: cláusula geral de boa-fé, teoria da aparência, princípio da confiança); 5 – tutela jurisdicional (e.g.: direito de acesso ao judiciário e garantias específicas como o mandado de segurança e o habeas corpus).”

Especificamente quanto ao conteúdo de intangibilidade das posições jurídicas esclarece:

² Paulsen, Leandro. Direito Tributário. Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência. Editora Livraria do Advogado. 12ª edição. P. 871/872.

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 176

“Podemos vislumbrá-lo como garantidor da intangibilidade das posições jurídicas, por exemplo, no que diz respeito à consideração da formalização de um parcelamento de dívida tributária como ato jurídico perfeito, a vincular o contribuinte e o ente tributante, gerando todos os efeitos previstos nas normas gerais de Direito Tributário, como a suspensão da exigibilidade do crédito tributário (art. 151, VI, do CTN) e o consequente direito a certidões negativas de débito (art. 206 do CTN). Já no caso das isenções onerosas, cumpridas as condições, surge para o contribuinte direito adquirido ao gozo do benefício pelo prazo previsto em lei, restando impedida a revogação ou modificação da isenção a qualquer tempo quando concedida por prazo certo e em função de determinadas condições (art. 178 do CTN). Nesses casos, inclusive, é aplicada a garantia estampada no art. 5º, XXXVI, da CF.”

Ora, *in casu*, vislumbro perfeitamente aplicável o conteúdo da “intangibilidade das posições jurídicas”, uma vez que o contribuinte aderiu à modalidade de tributação permitida por Lei, cuja opção deveria se dar de forma irretratável para “todo o ano calendário”, a qual, registre-se, deve ser respeitada por ambas as partes, sobretudo porque tal irretratabilidade decorreu de imposição do próprio legislador.

Assim, se de um lado é vedada ao contribuinte a alteração do regime de tributação durante determinado exercício, de acordo com sua conveniência, também não pode a autoridade fiscal promover tal alteração no mesmo exercício, sob pena de restar violado o “ato jurídico perfeito” assumido por ambas as partes, por ocasião da opção formalizada. A opção pela modalidade de recolhimento é obrigação que vincula o contribuinte e, ao mesmo tempo, gera-lhe a justa expectativa de que recolherá o tributo desta forma durante todo o exercício.

Nesta oportunidade, também acerca da segurança jurídica, vale colacionar trecho da decisão proferida pelo Desembargador Federal, Dr. Luiz Alberto de Souza Ribeiro, Relator do Agravo de Instrumento nº. 5011263-26.2017.4.03.0000, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região:

“Pois bem. Segundo os ensinamentos da Ilustre Professora, Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Regina Helena Costa, sobre os Princípios Gerais com repercussão no âmbito no Direito Tributário, a segurança jurídica, prevista no art. 5º, da CF, constitui tanto um direito fundamental quanto uma

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 177

garantia do exercício de outros direitos fundamentais, sendo decorrência do próprio Estado Democrático de Direito (Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional, 1ªed./2ª triagem, Saraiva, 2009).

E, conforme o Eminentíssimo Ministro da Suprema Corte, Luiz Roberto Barroso, citado pela Professora, “Esse princípio compreende as seguintes ideias: 1) a existência de instituições estatais dotadas de poder e garantias, assim, como sujeitas ao princípio da legalidade; 2) a confiança nos atos do Poder Público, que deverão reger-se pela boa-fé e razoabilidade; 3) a estabilidade das relações jurídicas, manifestada na durabilidade das normas, na anterioridade das leis em relação aos fatos sobre os quais incidem e na conservação de direitos em face da lei nova; 4) a previsibilidade dos comportamentos, tanto os que devem ser seguidos como os que devem ser suportados; e 5) a igualdade na lei e perante a lei, inclusive com soluções isonômicas para situações idênticas ou próximas (Temas de Direito Constitucional, 2ª ed., Rio de Janeiro/São Paulo, Renovar, 2002, pp. 50-51).

Em decorrência dessa ordem de ideias abrigadas pelo princípio da segurança jurídica, não válida a novel previsão legal da Medida Provisória nº 774/2017, que alterou o regime jurídico-tributário eleito, já a partir de 1º de julho do corrente ano, o fato de terem sido observados os princípios da irretroatividade da lei e da anterioridade mitigada. Isto porque, havia sido estabelecido pela Lei nº 12.546/2011, na redação dada pela Lei nº 13.161/2012, prazo de vigência da opção até o final de exercício financeiro e a impossibilidade de retratação da forma tributária escolhida neste período.

Portanto, sendo a opção irretroativa para o ano calendário, a modificação ou revogação do prazo de vigência da opção atenta contra a segurança jurídica. E mais, prevista a possibilidade de escolha pelo contribuinte do regime de tributação, sobre a folha de salários ou receita bruta, com período determinado de vigência, de forma irretroativa, a alteração promovida pela MP nº 774/2017, viola, também, a boa-fé objetiva do contribuinte, que, na crença da irretroatividade da escolha, planejou suas atividades econômicas frente ao ônus tributário esperado.”

Com efeito, o(s) contribuinte(s) elegeu sua opção e, com base nela, planejou suas atividades econômicas, o pagamento de seus débitos, seus custos operacionais, bem como baseou seus investimentos. Considerando que a opção pela modalidade de recolhimento da CPRB é irretroativa para o período de um ano e sua formalização ocorre com o pagamento do imposto correspondente ao mês de janeiro, a alteração de tal modalidade, por meio da lei nº. 13.670/2018, viola a segurança jurídica, uma vez que os contribuintes acreditaram que poderiam manter-se no recolhimento da CPRB durante todo

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 178

o ano calendário. Dessa forma, a alteração abrupta de tal regime de recolhimento representa flagrante violação à segurança jurídica, à proteção da confiança e à boa fé objetiva do contribuinte.

Assim, conjugados os elementos trazidos aos autos, impõe-se acolher a pretensão da(s) Impetrante(s), no sentido de manter os seus substituídos no regime de apuração da contribuição previdenciária substitutiva (sobre a receita bruta) prevista na Lei nº. 12.546/2011, a partir de 01/09/2018 até o final do exercício de 2018, nos moldes previstos no art. 9º, § 13, da citada norma, conforme seu teor anterior à Lei nº. 13.670/2018.

Dispositivo.

Pelo exposto, **JULGO O PEDIDO CONTIDO NA PETIÇÃO INICIAL, CONCEDENDO A SEGURANÇA**, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para determinar à autoridade impetrada que mantenha os substituídos das Impetrantes, que tenham optado pelo recolhimento da contribuição previdenciária substitutiva (sobre a receita bruta) prevista na Lei nº. 12.546/2011, a partir de 01/09/2018 até o final do exercício de 2018, nos moldes previstos no art. 9º, § 13, da citada norma, conforme seu teor anterior às modificações introduzidas pela Lei nº. 13.670/2018.

Custas *ex lege*.

Sem condenação em honorários advocatícios (Súmulas n.ºs 512 do STF e 105 do STJ e artigo 25 da Lei n.º 12.016/2009).

Oficie-se à autoridade impetrada, remetendo cópia da presente.

Sentença sujeita à remessa necessária (art. 14, § 1º, da Lei Federal nº 12.016/2009).

Sentença tipo A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO
2ª VARA FEDERAL CÍVEL DE VITÓRIA
Processo nº. 0012338-16.2018.4.02.5001

JFES
Fls 179

Oficie-se à autoridade impetrada, encaminhando-lhe cópia da presente decisão, apenas para fins de ciência, já que a sentença concessiva do *mandamus*, regra geral, tem **eficácia imediata** (art. 14, § 3º, da Lei nº 12.016/2009).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transcorrendo *in albis* o prazo para recurso voluntário, subam os autos à Egrégia Instância Superior.

Vitória/ES, 13/07/2018.

ENARA DE OLIVEIRA OLÍMPIO RAMOS PINTO

Juíza Federal Titular

Assinado Eletronicamente

Art. 1º, § 2º, III, “a”, da Lei nº 11.419/06

Art. 1º do Prov. Nº 58/09 da Corregedoria-Regional da JF da 2ª Região

Sentença tipo A